

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes
Coordenadores

inteligência artificial e relações privadas

Possibilidades e desafios

Volume 1

FORUM

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
MARCOS CATALAN
CLÁUDIA RIBEIRO PEREIRA NUNES
Coordenadores

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RELAÇÕES PRIVADAS

VOLUME 1
POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Conheça outros títulos
que tratam de Direito e Tecnologia,
coordenados por autores desta obra:



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E
RELAÇÕES PRIVADAS
Volume 2

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes
Coordenadores



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E
RELAÇÕES PRIVADAS
Volume 3

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes
Coordenadores



DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA
Tomo I

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores

2ª edição revista e atualizada



DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA
Tomo II

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores

2ª edição revista e atualizada



DIREITO DO CONSUMIDOR E
NOVAS TECNOLOGIAS

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores



DIREITO CIVIL:
FUTUROS POSSÍVEIS

Marcos Ehrhardt Júnior
Coordenador

Área específica

DIREITO CIVIL

Áreas afins

DIREITO E TECNOLOGIA

Palavras-chave

Direito Civil e Tecnologia. Novas Tecnologias.
Inteligência Artificial. Direito e Tecnologia. IA e Direito.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3095

L61 Inteligência artificial e relações privadas: possibilidades e desafios / Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Cláudia Ribeiro Pereira Nunes. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 1.

538p.; 14,5cm x 21,5cm.

v.1

ISBN: 978-65-5518-576-8

1. Direito civil e tecnologia. 2. Novas tecnologias. 3. Inteligência artificial - IA. 4. Direito e tecnologia. 5. Direito. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Nunes, Cláudia Ribeiro Pereira. IV. Título.

CDD 342.085

CDU 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; NUNES, Cláudia Ribeiro Pereira (Coord.). *Inteligência artificial e relações privadas: possibilidades e desafios*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 1. 538 p. ISBN 978-65-5518-576-8.

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Líder do Grupo de Pesquisas Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL) e Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. E-mail: contato@marcosehrhardt.com.br.

MARCOS CATALAN

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Estágio pós-doutoral no Mediterranean International Center for Human Rights Research (2020-2021). Visiting Scholar no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Diretor do Brasilcon (2020-2021). Advogado parecerista.

CLÁUDIA RIBEIRO PEREIRA NUNES

Pós-doutora e supervisora da segunda autora em Novas Tecnologias e Direito, MICHHR – Università degli Studi di Reggio Calabria/IT. Membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD) – Comitê Público. Investigadora visitante do Grupo de Investigação GIESA INNOVATION da Universidad Complutense de Madrid, e do Grupo de Pesquisa de Michelle L. Bell em Yale University. Professora Colaboradora do Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa GGINNS. E-mail: claudrib@ucm.es e claudia.ribeiropereiranunes@yale.edu.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

POSSIBILIDADES E DESAFIOS PULULAM NO CONTATO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM O DIREITO PRIVADO

Cláudia Ribeiro Pereira Nunes, Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Junior.....	13
---	----

PARTE I

PRIMEIROS PASSOS:

COMPREENDENDO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONCEITOS INTRODUTÓRIOS E ALGUMAS DE SUAS APLICAÇÕES

Maria Eduarda Fürst, Marcelo L. F. de Macedo Bürger.....	19
1 Afinal, o que é a inteligência artificial?.....	19
2 Os elementos necessários a qualquer inteligência artificial (sua estrutura).....	24
2.1 O <i>software</i> e seus algoritmos.....	25
2.2 O <i>hardware</i>	26
2.3 Conjunto suficiente de informações (<i>Big data</i>).....	27
3 Os processos de aprendizagem da IA.....	30
4 Algumas das aplicações da IA na economia, nas relações sociais e no direito.....	33
Referências.....	37

OS PRINCÍPIOS SEQUESTRADOS PELO POSITIVISMO JURÍDICO: UM MODELO À REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL?

Eduardo Luiz Busatta.....	41
1 Introdução.....	41
2 O positivismo jurídico.....	43
3 A crítica ao positivismo e o papel dos princípios jurídicos.....	47
4 Princípios positivados na legislação ordinária: um modelo de regulação da inteligência artificial?.....	54
5 Conclusão.....	66
Referências.....	67

JUSTIÇA, INJUSTIÇA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS: ESTRUTURAS TEÓRICAS NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Gabriela Buarque, Adrualdo Catão.....	73
Introdução.....	73
1 Questões de justiça na inteligência artificial.....	74
2 Lições de justiça na teoria de John Rawls.....	81
3 Injustiça estrutural e injustiça epistêmica.....	89
4 Justiça e solidariedade de dados.....	97
Considerações finais.....	103
Referências.....	104

RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DOS AGENTES ARTIFICIAIS AUTÔNOMOS COMO ENTES DE CAPACIDADE REDUZIDA

Felipe Quintella M. de C. Hansen Beck, Marília Bengtsson Bernardes.....	107
1 Considerações iniciais.....	108
2 “Entes de inteligência artificial”: os agentes artificiais autônomos...109	
3 Personalidade e capacidade jurídicas: desafios conceituais.....	114
4 Personalidade e capacidade jurídicas: em busca de precisão conceitual.....	119
5 A teoria da personalidade jurídica de Teixeira de Freitas.....	121

6	O exemplo do reconhecimento da personalidade dos entes hoje denominados <i>peças jurídicas</i>	128
7	Considerações finais.....	129
	Referências.....	130

CONTORNOS JURÍDICO-DOGMÁTICOS DOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Luciano Soares Silvestre, Marcos Ehrhardt Júnior.....		133
1	Introdução.....	133
2	Conceito e natureza jurídica.....	135
3	Critérios classificatórios.....	144
4	O marco legal da inteligência artificial no Brasil e a responsabilidade civil.....	149
5	Considerações finais.....	152
	Referências.....	153

O RECONHECIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL AUTÔNOMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO AVANÇO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Juliana Petinatti Sarmiento, Fabiana Rodrigues Barletta.....		157
1	Introdução.....	157
2	Do direito à privacidade à proteção dos dados pessoais.....	158
3	Proteção de dados pessoais e dignidade da pessoa humana.....	168
4	O reconhecimento da proteção de dados como um direito fundamental autônomo ao direito à privacidade.....	175
5	Conclusão.....	182
	Referências.....	183

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES PRIVADAS E NO DIREITO

Priscila de Castro Teixeira Pinto Lopes Agapito, Camilla Gabriela Chiabrando Castro Alves.....		187
1	Introdução.....	187
2	Conceito.....	188
3	Inteligência artificial e direito: relação.....	190
4	Questões éticas.....	193
5	<i>Lawtechs</i> e <i>legaltechs</i>	195
6	Inteligência artificial e responsabilidade civil.....	196
7	Inteligência artificial e propriedade intelectual.....	200
8	Inteligência artificial e a atividade extrajudicial notarial.....	201
9	Iniciativas de regulação da IA no Brasil.....	201
10	Conclusão.....	204
	Referências.....	204

PARTE II

IMPACTOS DA UTILIZAÇÃO DE APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O ENSINO JURÍDICO E DIREITOS AUTORAIS

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O PROBLEMA DA AUTORIA

André Luiz Arnt Ramos.....		209
Introdução: um admirável mundo novo.....		209
1	Eu, autor: <i>quo vado?</i>	213
2	Requisitos objetivos da proteção autoral.....	216
	Conclusão.....	218
	Referências.....	219

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS IMPACTOS NOS DIREITOS AUTORAIS

Mériam Helen Kielbovicz, Luiz Gonzaga Silva Adolfo		
1	Introdução.....	223

2	A resolução da Sociedade da Informação em geral e os efeitos gerados pela inteligência artificial.....	224
2.1	A Sociedade da Informação em sua face contemporânea	224
2.2	Inteligência artificial como foco de discussão	226
3	Os princípios dos Direitos Autorais e as principais construções teóricas em torno de autoria e titularidade.....	229
3.1	A conceituação dos princípios que fundamentam o direito do autor.....	229
3.2	A construção das teorias que tratam da autoria e titularidade.....	231
4	A inteligência artificial e os impactos nos Direitos Autorais.....	233
4.1	Apontamentos sobre a possível ameaça aos Direitos Autorais pelas IAs.....	233
4.1.1	A inteligência artificial nas produções artísticas e a ausência de proteção legal específica	235
5	Considerações finais.....	240
	Referências.....	242

CHATGPT E AS TENSÕES RELATIVAS A DIREITOS AUTORAIS

Marco Antonio Lima Berberi, Joyce Finato Pires	245	
1	Introdução.....	245
2	A inteligência artificial generativa invade a consciência pública	246
3	O que é o ChatGPT?	247
4	As ameaças e os riscos da inteligência artificial generativa	248
5	A autoria artificial.....	250
6	Plágio acadêmico	253
7	Considerações finais: a importância da pausa para a reflexão sobre sistemas de inteligência artificial	260
	Referências.....	262

O ESPÍRITO HUMANO E O ESPÍRITO DA/NA MÁQUINA: DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, TEORIA GERAL DO DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Débora Vanessa Caús Brandão, Marcel Edvar Simões	267	
1	Colocação do problema	267
2	Tentativa de definição estipulativa do conceito de inteligência artificial.....	272
3	Estado atual da recepção jurídica da matéria.....	274
4	Contribuição da Teoria Geral do Direito para o debate e conclusões	276
	Referências.....	278

ENSINO JURÍDICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ESBOÇO DE UM ENSAIO

Eduardo Nunes de Souza	281	
1	Introdução.....	281
2	A inserção dos problemas jurídicos criados pela inteligência artificial nos currículos universitários de Direito	287
3	A inserção do uso de mecanismos de inteligência artificial nos currículos e o futuro das carreiras jurídicas	294
4	A tese de que a inteligência artificial supriria as funções do ensino jurídico	302
5	À guisa de conclusão: ainda e sempre, a dignidade humana	314
	Referências.....	319

PARTE III

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS SISTEMAS DE JUSTIÇA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DO RISCO DE (DES)CELERIDADE PROCESSUAL

José Henrique de Oliveira Couto, Arthur Pinheiro Basan	325	
1	Introdução.....	325
2	Inteligência artificial e decisões judiciais: teoria e prática	328
3	Inteligência artificial aplicada ao Poder Judiciário	334

4	(Des)celeridade processual e inteligência artificial: a instauração de uma nova dinâmica procedimental para garantia da segurança jurídica.....	335
5	Considerações finais.....	338
	Referências.....	338

TECNOLOGIA E JUSTIÇA: INOVAÇÕES PARA MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

	Maria Carla Moutinho Nery, Sílvio Neves Baptista Filho	341
1	Introdução.....	341
2	A tecnologia em favor do jurisdicionado.....	342
2.1	Justiça Aqui.....	344
2.2	Elis.....	345
2.3	Expedito	347
3	Conclusão.....	348
	Referências.....	350

O FUTURO DA ATIVIDADE JURÍDICA NO BRASIL E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: COMO AS TECNOLOGIAS DIGITAIS AFETAM O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO

	Gabriel Schulman, André Gambier Campos	353
1	Introdução.....	353
2	Os profissionais do direito no Brasil atual.....	355
3	Como as tecnologias digitais afetam os profissionais do campo jurídico	362
4	As múltiplas iniciativas de digitalização dos órgãos de justiça.....	366
4.1	Iniciativas de IA no Poder Judiciário	369
5	Considerações finais: magistratura 'robô', governança e expectativas	372
	Referências.....	375

A TECNOLOGIA E AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

	Marcelo de Oliveira Milagres, Osvaldo José Gonçalves de Mesquita Filho.....	381
1	Introdução.....	381
2	As serventias extrajudiciais: "de onde viemos"	382
3	A tecnologia e as serventias extrajudiciais.....	389
4	Conclusão.....	396
	Referências.....	397

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O USO DA *ONLINE DISPUTE RESOLUTION* PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

	Ricardo Schneider Rodrigues.....	401
1	Introdução.....	401
2	O Governo Digital e os Tribunais de Contas.....	402
3	O uso da <i>Online Dispute Resolution</i> pelos Tribunais de Contas: um ambiente promissor para o uso efetivo da inteligência artificial.....	406
3.1	Definição e uso da <i>Online Dispute Resolution</i>	406
3.2	A <i>Online Dispute Resolution</i> e o controle externo: uma possível aplicação no âmbito dos Tribunais de Contas.....	408
3.3	Inteligência Artificial e <i>Online Dispute Resolution</i>	410
3.4	Uma aplicação prática da IA: o uso do ChatGPT na avaliação da adesão à Lei do Governo Digital pelos Tribunais de Contas	411
3.4.1	Os achados da pesquisa desenvolvida por IA: do início promissor às falhas irremediáveis.....	412
4	Conclusões.....	419
	Referências.....	420

PARTE IV
REFLETINDO PARA ALÉM DO DIREITO PRIVADO

O *CONDITIONAL HIERARCHICAL ATTENTION TRANSFORMER* (CHATGPT)
E A SUA IMPLEMENTAÇÃO PELA COMUNIDADE JURÍDICA: VIÁVEL OU
AMEAÇA?

Zilda Mara Consalter.....	425
1 Linhas introdutórias.....	425
2 A sociedade em rede, inteligência artificial e os <i>chatbots</i>	426
3 O que é o ChatGPT e qual o seu uso?.....	429
4 O ChatGPT e o universo jurídico	432
5 Pontuações conclusivas.....	441
Referências	442

GÊMEO DIGITAL COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
DE CIDADES INTELIGENTES SUSTENTÁVEIS BRASILEIRAS RESILIENTES
A INUNDAÇÕES: O PAPEL DO DIREITO PRIVADO E DA GESTÃO PÚBLICA
DOS RISCOS SOCIAIS

Francisco Campos da Costa, Cássius Guimarães Chai.....	445
Introdução.....	445
1 A evolução do conceito de <i>smart cities</i> e a carta brasileira para cidades inteligentes	447
1.1 Cidades inteligentes sustentáveis.....	451
1.2 Do conceito de cidades inteligentes segundo a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes	453
2 Conceito e aplicações da <i>digital twin</i>	455
3 A <i>digital twin</i> como instrumento para o desenvolvimento de cidades inteligentes sustentáveis brasileiras resilientes a inundações.....	458
3.1 Cidades inteligentes sustentáveis baseadas em gêmeos digitais e o aperfeiçoamento da governança urbana para redução de desastres provocados por inundações	462
Considerações finais.....	465
Referências	466

NOVOS ITINERÁRIOS DA CONTRATAÇÃO INFORMÁTICA: DO
CONTRATO INTELIGENTE AO CONTRATO ALGORÍTMICO

Cláudio Amato, Marcos Catalan.....	471
1 Introdução.....	471
2 <i>Smart contracts</i> : observações preliminares.....	475
3 Modelos de contratação inteligente: revisitando o passado na tentativa de compreender o presente	478
4 Os contratos algorítmicos <i>stricto sensu</i> : <i>self driving contracts</i>	483
5 Conflitos emergem de futuros prováveis.....	489
6 Tecnologia, democracia, direitos: notas conclusivas	502
Referências	505

LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL (IA): UN ANTES Y UN DESPUES EN EL
DERECHO

Edgardo Ignacio Saux.....	511
1 Reflexiones primarias sobre el tema	511
2 La inteligencia artificial como noción	514
3 Algunos matices de su incidencia en el Derecho.....	518

SOBRE OS AUTORES.....	533
-----------------------	-----

Adrualdo Catão

Advogado. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas e professor titular do Centro Universitário CESMAC.

André Gambier Campos

Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Positivo (PPGD-UP). Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Governo Federal (IPEA). Bacharel, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). *E-mail:* andre.campos@up.edu.br / andre.campos@ipea.gov.br

André Luiz Arnt Ramos

Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR, com experiência pós-doutoral concluída na mesma instituição e experiência pós-doutoral em andamento na Universidade LaSalle, com bolsa CAPES. Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná e ao Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil. Cofundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Professor universitário e advogado. *E-mail:* andre@arntramos.adv.br

Arthur Pinheiro Basan

Doutor em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Adjunto da Universidade de Rio Verde (UNIRV). Associado Titular do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). *E-mail:* arthurbasan@hotmail.com

Camilla Gabriela Chiabrando Castro Alves

Advogada especializada em Direito de Família e Sucessões. Sócia fundadora do escritório Chiabrando Castro Sociedade de Advogados. Graduada pela F.M.U. Pós-Graduada em Processo Civil pela F.M.U. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito. Membro e Palestrante da Comissão Especial de Direito de Família e Sucessões da OAB/SP. Membro do IBDFAM- Seccional ABCDMR. Membro da Comissão do IBDFam Tec. Vice-Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões - Seccional Santana/SP.

Cássius Guimarães Chai

Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão (Graduação, PPGDIR e PPGAERO) e da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD). Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. G20 Research Center Beijing Criminal College. Membro da Law and Society Association, International Law Association, International Political Science Association. *E-mail:* cassiuschai@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-5893-3901>

Cláudio Amato

Doutor em Direito Privado e Teoria do Direito pela Universidade Magna Graecia, Catanzaro, Itália. Pós-Doutor pela Universidade LaSalle, Canoas, Brasil.

Débora Vanessa Caús Brandão

Professora Titular de Direito Civil na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Pós-Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca. Doutora em Direito das Relações Sociais e Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogada.

Edgardo Ignacio Saux

Professor na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Nacional do Litoral, Argentina.

Eduardo Luiz Busatta

Doutorando em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Procurador do Estado do Paraná. *E-mail:* elbusatta@gmail.com

Eduardo Nunes de Souza

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor associado de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ e Professor permanente dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito Civil do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ.

Felipe Quintella M. de C. Hansen Beck

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela UFMG.

Fabiana Rodrigues Barletta

Professora Associada IV da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Faculdade Nacional de Direito. Estágio pós-doutoral em Direito do Consumidor pela UFRGS (2015 e 2016). Doutora em Direito em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1994). Autora de livros e artigos jurídicos, parecerista de periódicos jurídicos. Autora de pareceres técnico-jurídicos. É associada do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). Membro fundadora do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (IBERC) e membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

Francisco Campos da Costa

Advogado e Consultor Jurídico, atuante em São Paulo (379.420) e no Maranhão (24658-A). Presidente da Comissão de Direito Espacial da OAB/MA. Membro da Comissão de Direito Espacial da OAB/SP subseção Santos. Pós-Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direitos de Vitória (FDV). Doutor em Direito Ambiental Internacional, Mestre em Direito Internacional, ambos pela UNISANTOS, com bolsa CAPES/PROSUC. Pós-Graduado em Direito Marítimo e Portuário pela Unisantos. Coordenador e Professor de pós-graduação da Mlaw Academy. Professor da faculdade CEST. Professor convidado de pós-graduação da Unisantos. Conciliador Formado pela ESMAM. *E-mail:* franciscocadav@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-2444-7849>

Gabriel Schulman

Advogado e Consultor. Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito da Medicina pela Universidade de Coimbra. Professor da Graduação em Direito e do Mestrado em Direito da Universidade Positivo, onde também é o Coordenador Geral da Pós-Graduação (PPGD-UP). Professor em diversos cursos de Pós-Graduação. Integra o Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC), Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT) e a AIDA (Associação Internacional de Direito de Seguro). *E-mail:* gabriel@schulman.com.br

Gabriela Buarque

Advogada. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Secretária-Geral da Comissão de Inovação, Tecnologia e Proteção de Dados da OAB/AL. Coordenadora do GT de inteligência artificial e novas tecnologias no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN).

José Henrique de Oliveira Couto

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Advogado em Attie, Brito e Bastos advogados associados. *E-mail:* henrique_jose2000@hotmail.com

Joyce Finato Pires

Mestra em Direitos Fundamentais e Democracia (Linha de Pesquisa Constituição e Condições Materiais da Democracia) pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Membro do Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional (Nupeconst) do PPGD do Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Membro do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional da UFPR (Grupo “Virada de Copérnico”). *E-mail:* joyce.finatopires@gmail.com

Juliana Petinatti Sarmento

Advogada. Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ). Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Luciano Soares Silvestre

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. *E-mail:* sslivestreluciano@gmail.com

Luiz Gonzaga Silva Adolfo

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor do Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (Gravataí/RS). Membro da Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI), da Associação Brasileira de Direito Autoral (ABDA) e da Comissão Especial de Propriedade Intelectual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS). *E-mail:* gonzagaadolfo@yahoo.com.br

Marcel Edvar Simões

Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Mestre e Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo de São Francisco. Procurador Federal. Ex-Diretor de Desafios Sociais no Âmbito Familiar do Ministério dos Direitos Humanos.

Marcelo L. F. de Macedo Bürger

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba. Membro do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI – UFPR) e do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional Virada de Copérnico (UFPR).

Marco Antonio Lima Berberi

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) do UniBrasil – Centro Universitário (Curitiba/PR). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional da UFPR (Grupo “Virada de Copérnico”) e do Grupo de Pesquisa CNPQ Nupeconst – UniBrasil, linha de pesquisa: direitos fundamentais e relações privadas. Advogado e Procurador do Estado do Paraná. *E-mail:* marcoberberi@unibrasil.com.br

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Estágio pós-doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020-2021). Visiting Scholar no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Diretor do Brasilcon (2020-2021). Advogado parecerista.

Marcos Ehrhardt Júnior

Advogado. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos Cursos de Mestrado e Graduação em Direito da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Líder do Grupo de Pesquisas Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL) e Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br

Marcelo de Oliveira Milagres

Pós-Doutor pela Università di Verona – Dipartimento di Scienze Giuridiche. Doutor e Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado de Direito Civil na Faculdade de Direito da UFMG (Graduação e Pós-Graduação). Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Maria Carla Moutinho Nery

Doutoranda e Mestre em Direito pela UFPE. Professora da Escola da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). Assessora Jurídica do TJPE. *E-mail*: mariacarlamoutinho@gmail.com

Maria Eduarda Fürst

Mestranda em Gestão das Organizações pelo programa de dupla diplomação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Instituto Politécnico de Bragança (Portugal). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba, onde foi monitora da cadeira de Teoria Geral da Relação Jurídica.

Marília Bengtsson Bernardes

Mestra e Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

Mérian Helen Kielbovicz

Pós-Graduada em Direito dos Negócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Advogada. *E-mail*: m.kielbovicz@hotmail.com

Oswaldo José Gonçalves de Mesquita Filho

Doutorando e Mestre em Direito Urbanístico pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Direito Privado pela Universidade FUMEC/MG. Pós-Graduado em Direito Civil pela PUC Minas. Pós-Graduado em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Arnaldo/CEDIN-MG. Membro de Grupo de Pesquisa e Extensão RE-Habitare (CNPq). Advogado.

Priscila de Castro Teixeira Pinto Lopes Agapito

29ª Tabela de Notas da Capital de São Paulo. Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos/SP. Pós-Graduada em Direito das Famílias pela EPD. Docente em diversos cursos jurídicos. Fundadora da Comissão de Notários e Registradores do IBDFam Nacional, Vice-Presidente da Comissão do IBDFam Tec Nacional e Diretora no IBDFam SP.

Ricardo Schneider Rodrigues

Pós-Doutorando em Controle Externo e Novas Tecnologias pelo Grupo de Pesquisas SmartCitiesBr-EACH da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Coordenador Adjunto e Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Cesmac (Mestrado). Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Direito, Contemporaneidade e Transformações Sociais”, vinculado ao CNPq/Cesmac. Fundador e Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA). Procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas. *E-mail*: prof.ricardo.schneider@gmail.com

Sílvio Neves Baptista Filho

Mestre em Direito e Judiciário pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. *E-mail*: silvionbf@gmail.com

Zilda Mara Consalter

Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora no Curso de Mestrado em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora da Linha de Pesquisa intitulada “Relações jurídicas privadas e os desafios da pós-modernidade: instrumentos jurídicos e práticas voltadas aos direitos da personalidade, obrigações e famílias”. Líder do Grupo de Pesquisa sob o Título “Teoria e Prática do Direito Obrigacional e das Famílias Contemporâneas”, cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq (espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0203115420872092). Membro do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogada Parecerista. *E-mail*: zilda@uepg.br